



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - BIÊNIO 2006/2007

Aos dois dias do mês de março do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA, Rua Boa Vista, 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Pedro Giberti, Victor Hugo Albernaz Júnior, Vitore André Zilio Maximiano, Carlos Weis, Daniela Sollberger Cembranelli, Noadir Marques da Silva Junior, Roque Jerônimo Andrade, Wagner Giron de La Torre e Willian Fernandes. Ausentes, justificadamente, o (a) Conselheiro (a) Franciane de Fátima Marques. Deu-se início aos trabalhos às 09:30. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes e não havendo comunicação da Presidência e da Secretaria, passou-se ao momento aberto. Dr. Rafael Rania Muneratti, fez breve relato sobre a política de orçamento. Relatou o trabalho feito pelo Gabinete e informou emendas favoráveis e desfavoráveis. Questionou se o planejamento é aguardar o resultado da auditoria ou se há estratégia para isso. Informou que a APADEP continuará presente na Assembléia para lutar por aumento de orçamento anualmente. Informou o Encontro Anual de Defensores Públicos, no dia 10 de abril de 2007, para mostrar a Defensoria aos novos deputados e trazer a sociedade civil para dar apoio. Ainda em relação ao orçamento, informou que 40% do valor podem ser remanejados pelo Governo. Informou que o mesmo não pode remanejar o Ministério Público e a Magistratura e que espera não poder remanejar a Defensoria Pública. O Conselheiro Wagner questionou se o valor está sujeito a veto. Rafael responde que não mas que pode ser remanejado. O Conselheiro Vitore falou que não basta complemento orçamentário, é necessária uma lei que regulamente. A Presidente passou a palavra para Dra. Kátia Beja Romero. Saudou os presentes e cumprimentou o trabalho do Conselho Superior da Defensoria Pública. Agradeceu Dr. Pedro Giberti pelo trabalho de excelência feito no interior. Informou a defasagem do quadro de funcionários. Solicitou que interior seja lembrado na distribuição das vagas quando nomearem os novos defensores. A Presidente passou a para Dra. Vera Cavali. Saudou os presentes e informou que o Convênio PGE/OAB é responsável por grande parte do orçamento. Informou que no interior juizes estão chamando a atenção para os gastos e distribuição de vagas caóticas, que os aprovados sem técnica nenhuma acabam por aumentar a problemática do aspecto político da Instituição. Afirmou a possibilidade de fazer um trabalho de base, mostrar a Defensoria Pública para os deputados, mas que para isso é necessário resolver a problemática do Convênio PGE/OAB. Com a palavra, a Presidente deste Colegiado cumprimentou Dr. Rafael pelo trabalho. Em resposta a questão do planejamento esclareceu que foi definido sinalizar a possibilidade de utilização do FAJ,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

que vai enviar novamente o projeto, mas é preciso esperar dados do CEAD. Explicou que há uma interpretação do Decreto impedindo utilização do FAJ para pagamento de salário. O Conselheiro Vitore esclareceu que o artigo 236 da Lei Complementar 988/2006 destaca o FAJ como Receita da Defensoria Pública. Relatou que foi aprovado em Assembléia o uso do FAJ para remuneração, mas vetado pelo Governador. A Presidente respondeu a questão das vagas colocada pela Dra. Katia. Explicou que só haverá distribuição se houver aprovação maior das 242 vagas. Informou sua preocupação com os dados da SPA e SPP, porque vê que o dinheiro está sendo mal utilizado. Está ciente da necessidade de uma política agressiva. Citou que o Coordenador de Mogi das Cruzes colocou os estagiários para fazer acordo em processos de alimentos, elogiou por ser uma medida criativa. Dra. Kátia relatou que esta medida já era aplicada pela Regional de Sorocaba e com sucesso ainda vem sendo feita. A Presidente submeteu à votação as Reuniões serem realizadas na Rua Boa Vista a partir desta sessão. Aprovado por unanimidade. Passou-se às manifestações dos Conselheiros. Com a palavra o Conselheiro Noadir destacou a existência de um sub-defensor específico para cuidar das questões do interior. A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Vitore. Saudou os presentes. Relatou a situação do quadro de funcionários e Defensores das Regionais da Capital. Informou que a situação é dramática em todos os casos. Informou a prioridade de melhorar a estrutura física da Defensoria Pública. A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Pedro. Saudou os presentes. Relatou a reunião de Coordenadores Regionais. Agradeceu a presença de todas as regionais. Demonstrou a importância da presença da Defensora Pública-Geral que fez uma grande diferença, uma vez que pode ouvir todos diretamente. Falou da importante conversa sobre as pré-conferências regionais. Garantiu que vai se dedicar prioritariamente ao interior. Para finalizar propôs ao Dr. Rafael tentar derrubar o veto da FUNAP. A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Vitore que explicou a necessidade projeto de lei para majorar a remuneração. A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Willian que questionou o uso do dinheiro do orçamento na Ouvidoria. O Conselheiro Vitore em resposta ao questionamento do Dr. Willian, esclareceu que não se criou política específica para Ouvidoria, mas pode abrir destaque a uma política própria para a Ouvidoria, desde que trabalhada com calma. A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Vitor Hugo. Parabenizou a APADEP pelo trabalho na política orçamentária. Em relação às Regionais do Interior, disse ter sido muito importante a reunião dos coordenadores. Destacou a atuação em Sorocaba, em relação à forma de trabalhar e disse que os acordos são feitos também na regional de Ribeirão Preto. Ratificou a importância da presença de Dra. Cristina na reunião. Solicitou melhor comunicação entre as Regionais. Dada a palavra para o Conselheiro Carlos Weis que saudou os presentes e relatou o número de candidatos com inscrições pagas para o Concurso de Estagiários da Defensoria Pública do Estado. Informou que houve falha da Vunesp em relação aos cartazes, por motivo desconhecido. Disse que levou pessoalmente 32 cartazes para o coordenador do Curso de Direito na Uninove, pois a mesma não havia recebido. Dra. Cristina destacou outras formas de comunicação, como por exemplo a TV Tribuna, que transmite toda hora a propaganda do Concurso. O Conselheiro

2




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

Carlos Weis questionou o Conselho se há possibilidade de prorrogar a data das inscrições, caso não haja número suficientes de inscritos. Esclareceu que não é possível prorrogar só regionalmente. Propôs que se comunique com as regionais para pedir opinião. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se à Ordem do Dia. CSDP 003/07. Proponente: Cristina Guelfi Gonçalves. Assunto: I Concurso de Estagiários da Defensoria Pública. O Conselheiro relator Carlos Weis leu relatório e voto. Propôs o deferimento da inscrição da candidata, que se aprovada no concurso poderá ser regularmente contratada. Aprovado por unanimidade. CSDP 426/06. Proponente: Willian Fernandes. Assunto: Deliberação sobre o Regulamento das Conferências Estadual e Pré-Conferências Regionais da Defensoria Pública. O Conselheiro relator Wagner Giron de La Torre continuou a leitura do relatório e leu seu voto. A Presidente submeteu à votação. Aprovado, nos termos do voto do relator, a proposta de deliberação sobre o Regulamento das Conferências Estadual e Pré-Conferências Regionais da Defensoria Pública. CSDP nº. 429/06 Proponentes: Carmen Silvia de Moraes Barros, Daniela Sollberger Cembranelli e Flávio Américo Frasseto. Assunto: Proposta sobre normas gerais de funcionamento dos núcleos especializados. Relator: Conselheiro Noadir Marques da Silva Junior. Prorrogada discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº. 532/07. Proponente: Liane Lindquer Xavier. Assunto: representação pela declaração de nulidade da alteração do artigo 4º da Deliberação CSDP nº. 10, de 30 de Junho de 2006. Relatora: Daniela Sollberger Cembranelli. Prorrogado discussão e votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Mônica de Melo, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 02 de março de 2007.

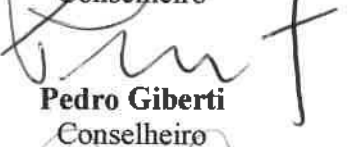

Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente


Victor Hugo Albernaz Júnior
Conselheiro


Daniela Sollberguer Cembranelli
Conselheira


Willian Fernandes
Ouvidor


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro


Pedro Giberti
Conselheiro


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro


Carlos Weis
Conselheiro



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Superior


Wagner Giron de La Torre
Conselheiro


Roque Jerônimo de Andrade
Conselheiro


Noadir M. da Costa Junior
Conselheiro

NOADIR MARQUES SILVA JR.
Defensor Público